

Leia estas instruções:

- 1 Confira se os dados contidos na parte inferior desta capa estão corretos e, em seguida, assine no espaço reservado para isso.
- 2 Este Caderno contém cinquenta questões de múltipla escolha, assim distribuídas: Língua Portuguesa → 01 a 10; Legislação → 11 a 20; Conhecimentos Específicos → 21 a 50.
- 3 Se o Caderno estiver incompleto ou contiver imperfeição gráfica que impeça a leitura, solicite imediatamente ao Fiscal que o substitua.
- 4 Cada questão apresenta quatro opções de resposta, das quais apenas uma é correta.
- 5 Interpretar as questões faz parte da avaliação; portanto, não adianta pedir esclarecimentos aos Fiscais.
- 6 Utilize qualquer espaço em branco deste Caderno para rascunhos e não destaque nenhuma folha.
- 7 Os rascunhos e as marcações feitas neste Caderno não serão considerados para efeito de avaliação.
- 8 Use exclusivamente caneta esferográfica, confeccionada em material transparente, de tinta preta ou azul.
- 9 Você dispõe de, no máximo, quatro horas para responder às questões de múltipla escolha e preencher a Folha de Respostas.
- 10 O preenchimento da Folha de Respostas é de sua inteira responsabilidade.
- 11 Antes de retirar-se definitivamente da sala, devolva ao Fiscal a Folha de Respostas e este Caderno.

Assinatura do Candidato: _____

As questões 01 a 10 desta prova baseiam-se no texto abaixo.

Ética e moralidade no Serviço Público

Costuma-se dizer que a *corrupção material* é o recebimento de qualquer vantagem por prática ou omissão de ato de ofício, e *corrupção moral*, a que precede a material, porque é óbvio que, ao receber a vantagem, já ocorreu no corrompido a deterioração de qualquer princípio de moralidade pessoal ou funcional. Tanto uma como outra podem assumir forma ativa e passiva, porque também quem oferece a vantagem indevida já não apresenta princípio moral.

A corrupção moral abrange também a corrupção de costumes, a falta de caráter particular ou nacional, o desleixo administrativo ou governamental, a falta de solidariedade num grupo humano, a indiferença pela sorte alheia ou pelo interesse público, a tolerância condescendente de superiores às falhas dos subalternos, filhos e tutelados.

Corrupção não é apenas a infração ao dever funcional praticada pelo agente público (político ou administrativo). Não é só o suborno, a taxa de urgência, o chocolate ou a falsa simpatia nos balcões para obter pronto atendimento. A corrupção exteriorizada em ato costuma proceder da corrupção bem mais ampla e, no mais das vezes, interna. Antes de ferir o patrimônio público ou particular, a corrupção degrada os valores íntimos de cada um, relativiza o costume e a cultura da virtude, anulando, pois, os princípios que mantêm a sociedade elevada e digna de seu próprio orgulho.

A degradação moral começa por pequenas concessões, pequenas inversões axiológicas em nosso dia a dia e prossegue corroendo o homem e a sociedade. É, precisamente, a tolerância de pequenos vícios, já na vida privada, que prepara a aceitação das grandes corrupções na vida pública.

Se, na convivência informal, todos já precisamos de tratos éticos, mais ainda na convivência profissional-funcional. Assim, por força da própria Constituição Federal, a ética passou a integrar o próprio cerne de qualquer ato estatal como elemento indispensável à sua validade e eficácia.

Como reforço dessa preocupação ética, a atual Constituição de 1988 também inovou no artigo 5º, inciso LXXIII, ao incluir a moralidade administrativa entre os valores básicos da República a serem protegidos por meio de ação popular. Segundo essa norma constitucional, mesmo que não haja efetivo prejuízo de ordem material ao patrimônio público, se o ato da Administração for lesivo à moralidade administrativa, deverá ser invalidado judicialmente, via ação popular, ou mesmo, antes, revisto administrativamente.

Cumprindo a norma inscrita nesse dispositivo constitucional, o legislador ordinário, através da Lei nº 8.429, de 2 de junho de 1992, cuidou de regulamentar minuciosamente as hipóteses de suspensão dos direitos políticos, a perda da função pública, a indisponibilidade dos bens e o ressarcimento ao erário em decorrência da prática de atos de improbidade administrativa, a qual abrange todos os atos imorais, ímprobos ou antiéticos.

A propósito, deve ainda ser lembrado que o legislador ordinário, normatizando sobre o assunto, através da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990, que dispõe sobre o regime jurídico dos servidores públicos, no artigo 116, inciso IX, também determina a obediência obrigatória ao princípio da moralidade administrativa ao incluí-lo entre os deveres funcionais dos servidores públicos.

Assim, o servidor público há de ser um ético de plantão vinte quatro horas por dia, já por convicção (o homem é o retrato de suas convicções), já por coerção jurídica. Até porque a consciência ética do servidor público, nesse particular, além de restaurar a

cidadania, corrige a disfunção pública no Brasil, que decorre não só da falta de recursos materiais, mas, principalmente, da conduta muitas vezes perversa no atendimento aos usuários dos serviços públicos, atentatória aos direitos humanos universalmente declarados.

Nós, sociedade civil, e o Estado, há décadas, temos falhado no processo de indução ética, pois apenas isso explica o envolvimento de tantas pessoas em tantos atos hediondos em busca, por exemplo, de mera complementação salarial. De diárias artificialmente pagas a obras e compras públicas no interesse de muitos, menos no do Estado, eis o leque da corrupção que vemos no noticiário todos os dias. O empresário corrompe o governo, e o governo corrompe o empresário. Todos querendo ou esperando tirar alguma vantagem desse quadro sombrio.

É claro que há muitas exceções. Há empresários, homens públicos e servidores estatais honestos por princípio. Mas o organismo contaminado anula boas células.

Portanto, não sejamos fracos no bem a ponto de permitirmos tantos fortes no mal. O Brasil precisa da contribuição de cada um de nós e espera que ela seja decisiva, concreta e diária, a fim de resgatarmos a virtude na vida brasileira.

Disponível em: <<http://www.ensinandodireitoluizamaral.com>>. Acesso em: 25 abr. 2012.

01. Do texto, depreende-se que:

- A)** a corrupção material é diferente da moral, pois somente a primeira degrada valores, relativiza costumes e anula princípios.
- B)** a corrupção material e a corrupção moral representam atitudes ilícitas, as quais, em princípio, ocorrem de forma concomitante.
- C)** a corrupção material é anterior à corrupção moral. Esta representa a deterioração de qualquer princípio de moralidade pessoal ou funcional; aquela pressupõe pagamento de vantagem para prática ou omissão de ato de ofício.
- D)** a corrupção material e a corrupção moral podem ser caracterizadas como ativa e passiva. Em ambos os casos, esses atos ilícitos pressupõem como criminosos tanto aquele que oferece vantagem indevida quanto o que a recebe.

02. Em relação à sua conduta, o funcionário público

- A)** tem de apresentar conduta ética, balizada por princípios pessoais ou por obediência obrigatória às leis em vigor.
- B)** deve agir, no exercício profissional diário, de modo a preservar a consciência ética dos usuários dos serviços públicos.
- C)** impede a ocorrência de atos de corrupção praticados por agentes públicos (políticos ou administrativos) quando age em obediência às leis.
- D)** garante o cumprimento dos direitos humanos universalmente declarados quando realiza atendimento adequado aos usuários.

03. De acordo com o texto, é correto afirmar:

- A)** A expressão “filhos e tutelados”, no 2º parágrafo, refere-se a parentes de pessoas na administração pública que são favorecidos com alguma função em órgãos estatais.
- B)** No 5º parágrafo, afirma-se que a ética passou a integrar a Constituição Federal, como forma de normatizar a convivência informal e a convivência profissional-funcional.
- C)** A Constituição de 1988 prevê que todo ato da Administração lesivo aos bens públicos ou à moralidade será revisto administrativamente ou invalidado judicialmente.
- D)** A corrupção material e a corrupção moral têm a mesma procedência: a falta de princípios éticos e a de controle mais rígido por parte da sociedade civil e do poder público.

04. De acordo com o texto,
- A) os empresários, principais representantes da sociedade civil, envolvem-se em atos hediondos em busca de complementação salarial.
 - B) a aceitação das grandes corrupções na vida pública precede a tolerância de pequenos vícios na vida privada.
 - C) a corrupção degrada valores íntimos do cidadão sem, no entanto, anular os princípios mantenedores da dignidade da sociedade.
 - D) é indispensável que a ética integre a essência de qualquer ato estatal para que este seja válido e eficaz.
05. Na expressão “pequenas inversões axiológicas”, o termo em destaque
- A) é relativo aos valores éticos.
 - B) refere-se aos axiomas sociais.
 - C) relaciona-se aos direitos civis.
 - D) significa degradação moral.
06. Os termos em destaque no período “[...] já por convicção (o homem é o retrato de suas convicções), já por coerção jurídica.” estabelecem uma relação semântica de
- A) tempo.
 - B) alternância.
 - C) causalidade.
 - D) conformidade.
07. Observe o período a seguir.

“O Brasil precisa da contribuição de cada um de nós e espera que ela seja decisiva, concreta e diária, a fim de resgatarmos a virtude na vida brasileira.”
(último parágrafo do texto).

Mantendo-se o sentido desse período, outra proposta de reescrita em conformidade com a norma padrão é:

- A) O Brasil precisa que cada um de nós contribua para o resgate da virtude na vida brasileira e espera que essa contribuição seja decisiva, concreta e diária.
- B) O Brasil precisa e espera que cada um de nós contribua para resgatarmos decisiva, concreta e diariamente a virtude na vida brasileira.
- C) O Brasil espera que cada um de nós contribuamos decisivamente, concretamente e diariamente, e precisa que resgatemos a virtude na vida brasileira.
- D) O Brasil espera que cada um de nós contribua e precisa que decisiva, concreta e diariamente resgatemos a virtude na vida brasileira.

08. A seguir, encontram-se fragmentos do texto com uma explicação para o uso da vírgula.

I	“A corrupção exteriorizada em ato costuma proceder da corrupção bem mais ampla e, no mais das vezes, interna.” – vírgulas utilizadas para demarcar um adjunto adverbial deslocado.
II	“[...] temos falhado no processo de indução ética, pois apenas isso explica o envolvimento de tantas pessoas em tantos atos hediondos [...]” – vírgula utilizada para separar a oração coordenada sindética explicativa da coordenada assindética.
III	“Não é só o suborno, a taxa de urgência, o chocolate ou a falsa simpatia nos balcões para obter pronto atendimento.” – vírgulas utilizadas para separar o aposto.
IV	“Há empresários, homens públicos e servidores estatais honestos por princípio.” – vírgula utilizada para marcar a supressão do verbo.

A explicação para o uso da vírgula está correta em

- A) III e IV.
- B) II e IV.
- C) I e III.
- D) I e II.

09. Outra possibilidade de concordância verbal igualmente aceitável, de acordo com a norma culta, está na opção:

- A) “Nós, sociedade civil, e o Estado, há décadas, temos falhado no processo de indução ética [...]”.
Nós, sociedade civil, e o Estado, há décadas, têm falhado no processo de indução ética [...].
- B) “[...] os princípios que mantêm a sociedade elevada e digna [...]”.
[...] os princípios que mantêm a sociedade elevada e digna [...].
- C) “Se, na convivência informal, todos já precisamos de tratos éticos [...]”.
Se, na convivência informal, todos já precisam de tratos éticos [...].
- D) “Tanto uma como outra podem assumir forma ativa e passiva [...]”.
Tanto uma como outra pode assumir forma ativa e passiva [...].

10. A opção que apresenta o uso correto do acento grave de acordo com a norma culta é:

- A) A tolerância de superiores à falhas de subalternos não é condizente com a ética e a moralidade esperadas no serviço público.
- B) Das diárias às obras públicas, todos os pagamentos feitos com recursos governamentais devem obedecer aos rigores da legislação em vigor.
- C) Os atos de convivência profissional do funcionalismo devem ser éticos e condizentes com a moralidade à bem do serviço público.
- D) Atos estatais contaminados por corrupção são tão ofensivos que acabam por atenuar à ação de funcionários que não se envolvem em falcatruas.

11. Enfermeira lotada em local insalubre recebe a notícia de que está gestante. O fato é comunicado à Chefia. Nos termos da Lei nº 8.112/90, a servidora
- A) fará opção por permanecer ou ficar afastada do local insalubre.
 - B) deverá permanecer no local de trabalho.
 - C) será afastada do local insalubre enquanto aguarda a licença gestante.
 - D) será afastada do local insalubre enquanto durar a gestação e lactação.
12. De acordo com a Lei nº 8.112/90, considera-se remuneração
- A) retribuição pelo exercício da função de direção, chefia e assessoramento estabelecido em lei.
 - B) vencimento do cargo efetivo, acrescido das vantagens pecuniárias permanentes estabelecidas em lei.
 - C) adicionais e gratificações.
 - D) retribuição pecuniária pelo exercício do cargo com valor fixado em lei.
13. Servidor estatutário regido pela Lei nº 8.112/90, em estágio probatório, foi convocado para participar de curso de formação. O estágio probatório será
- A) interrompido, sendo o servidor exonerado.
 - B) interrompido e retomado a partir do término do impedimento.
 - C) suspenso e retomado a partir do término do impedimento.
 - D) suspenso, sendo o servidor demitido a partir do término do impedimento.
14. Servidor estatutário, não ocupante de cargo de direção, chefia, assessoramento, arrecadação ou fiscalização, candidatou-se ao cargo eletivo de vereador. Durante o período que mediou entre a sua escolha em convenção partidária e a véspera do registro de sua candidatura perante a Justiça Eleitoral, foi concedida a licença para atividade política. De acordo com a Lei nº 8.112/90, durante esse período o servidor
- A) fará jus à remuneração pelo período de três meses.
 - B) terá direito à remuneração.
 - C) ficará sem remuneração.
 - D) será afastado, sem remuneração, até o décimo dia seguinte ao do pleito.
15. Servidora pública federal faltou ao trabalho sem justificativa, de modo intencional, durante quarenta e cinco dias consecutivos. De acordo com a Lei nº 8.112/90, caso a hipótese de abandono seja comprovada em processo administrativo disciplinar, a penalidade a que está sujeita essa servidora é
- A) suspensão de trinta dias.
 - B) demissão.
 - C) advertência.
 - D) suspensão de cinco dias convertida em multa.
16. À luz do Regime Jurídico Único dos Servidores Federais, a sindicância envolvendo um servidor, com 35 anos de serviço, **NÃO** poderá resultar em
- A) instauração de Processo disciplinar.
 - B) arquivamento do processo.
 - C) aplicação de penalidade de advertência ou suspensão até trinta dias.
 - D) afastamento preventivo do exercício do cargo com suspensão de pagamento.

17. Servidora efetiva de uma instituição federal de ensino requereu a aposentadoria compulsória. Segundo determina a Lei nº 8.112/90, a vigência da aposentadoria será
- A) a partir do dia imediato àquele em que a servidora atingiu a idade de setenta anos.
 - B) a partir da data da publicação do respectivo ato.
 - C) será facultado à servidora a data da publicação.
 - D) será de acordo com a conveniência e oportunidade da administração.
18. Para efeito de aposentadoria e disponibilidade, **NÃO** se considera
- A) licença para tratamento de saúde de pessoa na família do servidor, sem remuneração.
 - B) tempo de serviço em atividade privada.
 - C) tempo de serviço público prestado aos Estados, Municípios e Distrito Federal.
 - D) licença para atividade política a partir da candidatura até o décimo dia seguinte ao da eleição.
19. Servidora estudante solicitou horário especial comprovada a incompatibilidade entre o horário escolar e o da repartição. De acordo com a Lei nº 8.112/90,
- A) poderá ser concedido o horário especial, sem a exigência da compensação de horário e sem a redução de remuneração.
 - B) poderá ser concedido o horário especial, com exigência da compensação de horário sem a redução de remuneração.
 - C) será concedido o horário especial, com a exigência da compensação de horário e sem a redução de remuneração.
 - D) será concedido o horário especial, com a exigência da compensação de horário e a redução de remuneração.
20. Para os efeitos da Lei nº 8112/90, **NÃO** se constitui forma de provimento nem de vacância de cargo público
- A) promoção.
 - B) readaptação.
 - C) redistribuição.
 - D) aproveitamento.

21. Considere um mercado em concorrência perfeita representado pelas curvas de oferta $Q_o = 55 + 12P$ e demanda $Q_d = 95 - 8P$. O preço e a quantidade de equilíbrio, nesse mercado, são dados, respectivamente, por
- A) 37,5 e 505. B) 7,5 e 145. C) 10 e 103. D) 2 e 79.
22. Considerando-se dois bens, sendo o primeiro um bem inferior e o segundo um bem de luxo, um aumento de 100% no nível de renda do consumidor gera uma
- A) elevação na quantidade demandada do primeiro e um aumento maior do que 100% na quantidade demandada do segundo.
- B) redução na quantidade demandada do primeiro e um aumento maior do que 100% na quantidade demandada do segundo.
- C) redução na quantidade demandada do primeiro e um aumento menor do que 100% na quantidade demandada do segundo.
- D) elevação na quantidade demandada do primeiro e um aumento menor do que 100% na quantidade demandada do segundo.
23. Considere que o custo total de uma firma que opera em um mercado competitivo é dado por $C = 600 + 6q^2$, sendo q a quantidade produzida. Considere ainda que essa firma se depara com um preço de mercado de 120 unidades monetárias. A quantidade produzida que levará à maximização dos lucros e os custos médios relativos a essa quantidade são, **respectivamente**,
- A) 100 e 120. C) 100 e 12.
- B) 10 e 60. D) 10 e 120.
24. Se, em dada região da curva de demanda em um mercado, a receita de um monopolista aumenta com elevações nos preços, é correto afirmar que
- A) a elasticidade-preço da demanda, em módulo, é maior que a unidade.
- B) a elasticidade-renda da demanda, em módulo, é menor que a unidade.
- C) a elasticidade-renda da demanda, em módulo, é maior que a unidade.
- D) a elasticidade-preço da demanda, em módulo, é menor que a unidade.
25. Avalie as seguintes afirmativas:

I	Consumo não excludente é uma característica inerente aos bens públicos.
II	A existência de externalidades é condição suficiente para a provisão de bens públicos.
III	A negociação de créditos de carbono (caracterizando um mercado de permissões para a emissão de dióxido de carbono) tem a pretensão de gerar o mesmo resultado que a internalização das externalidades envolvidas na produção.

Sobre a provisão de bens públicos e o papel das externalidades,

- A) somente a afirmativa II está correta.
- B) estão corretas as afirmativas I e III.
- C) estão corretas as afirmativas I e II.
- D) somente a afirmativa III está correta.

26. Suponha que, em certa localidade, alguns agregados macroeconômicos assumiram os valores dispostos no quadro a seguir.

AGREGADOS MACROECONÔMICOS	Valor em \$ bilhões
Consumo privado	100
Salários	80
Variação de Estoques	-10
Consumo governamental	30
Depreciação	5
Impostos indiretos	50
Subsídios	10
Exportações	35
Formação Bruta de Capital Fixo	50
Importações	25
Renda Líquida Enviada ao Exterior	15

O valor do Produto Interno Bruto dessa localidade será então de

- A) \$ 165 bilhões.
- B) \$ 180 bilhões
- C) \$ 230 bilhões.
- D) \$ 390 bilhões.

27. Quando o produto efetivo é inferior ao potencial, no mercado de trabalho, haverá excesso de

- A) oferta de trabalho e redução da taxa de crescimento dos salários nominais.
- B) demanda por trabalho e elevação da taxa de crescimento dos salários nominais.
- C) oferta de trabalho e elevação da taxa de crescimento dos salários nominais.
- D) demanda por trabalho e redução da taxa de crescimento dos salários nominais.

28. Analise as afirmações a seguir, considerando o contexto do modelo IS-LM-BP (Mundell-Fleming) e supondo a existência de um regime de câmbio flutuante puro com alta (porém imperfeita) mobilidade de capitais:

I	Uma política monetária expansionista será eficaz para expandir a produção.
II	Uma política fiscal expansionista é ineficaz para gerar aumento do produto.
III	A função BP é positivamente inclinada, contudo sua inclinação é menor do que a da função LM.

Das afirmações acima,

- A) I e II são corretas.
- B) I e III são corretas.
- C) apenas II está correta.
- D) apenas III está correta.

29. As visões ortodoxas e heterodoxas sobre o fenômeno inflacionário se diferenciam porque
- A) a primeira dá ênfase aos papéis da expansão dos agregados monetários amplos e a segunda, à dos agregados monetários mais restritos.
 - B) a primeira dá ênfase ao balanço de pagamentos enquanto causa e a segunda, à elevação da carga tributária.
 - C) a primeira dá ênfase à causa monetária e a segunda, às causas reais.
 - D) a primeira dá ênfase à oferta agregada e a segunda, à demanda agregada.
30. De acordo com o modelo de crescimento convencional de *Solow*, é correto afirmar:
- A) Economias com maior nível de renda *per capita* tendem a crescer mais depressa do que as de menor nível de renda *per capita*.
 - B) Um aumento da taxa de poupança aumenta a taxa de crescimento da renda *per capita* em estado estacionário.
 - C) Na fase dinâmica de transição, as taxas de crescimento natural e do estoque de capital são diferentes.
 - D) Uma redução da taxa de crescimento populacional aumenta a taxa de crescimento da renda *per capita* em estado estacionário.
31. No que concerne à avaliação econômica e social de projetos, é correto afirmar que a avaliação dos projetos privados baseia-se no critério de
- A) eficiência privada, e a dos projetos públicos lastreia-se no de eficiência da economia como um todo.
 - B) eficiência, e a dos projetos públicos lastreia-se no de máximo impacto de Scitovsky.
 - C) melhoria de Pareto, e a dos projetos públicos lastreia-se no de eficiência-X de Liebenstein.
 - D) eficiência de Kaldor-Hicks, e a dos projetos públicos lastreia-se no de eficiência transacional.
32. No que concerne à avaliação econômica e social de projetos, é correto afirmar que a avaliação dos projetos privados estima
- A) fluxos de receita e de despesas a custo de fatores, e a dos projetos públicos o faz a preços de mercado.
 - B) fluxos de receita e de despesas a preços de mercado, e a dos projetos públicos o faz a preços sociais.
 - C) fluxos de receita e de despesas a preços de mercado, e a dos projetos públicos o faz a custos de fatores.
 - D) fluxos de receita e de despesas a preços sociais, e a dos projetos públicos o faz a custo de fatores.
33. Considere uma empresa, que produz um único produto, com custo fixo de R\$ 250 mil/ano, custo variável unitário de R\$ 10/unidade e preço de venda de R\$ 15/unidade. A quantidade de unidades que precisa ser produzida e vendida para que essa empresa atinja seu ponto de equilíbrio é de
- A) 50 mil unidades/ano.
 - B) 250 mil unidades/ano.
 - C) 100 mil unidades/ano.
 - D) 150 mil unidades/ano.

34. No que concerne aos métodos de avaliação de alternativas de projetos de investimento, é correto afirmar:
- A) De acordo com o método da razão benefícios/custos, a aceitação do projeto decorre da comparação entre esta razão e a taxa básica de juros, descontada de ambas a taxa de inflação.
 - B) De acordo com o método da taxa interna de retorno, a aceitação do projeto decorre da comparação entre esta taxa e uma taxa de retorno considerada aceitável ou taxa mínima de atratividade.
 - C) De acordo com o método do valor atual, a aceitação do projeto decorre da comparação entre este valor e o valor presente líquido, devendo-se deflacionar a ambos previamente por índices adequados.
 - D) De acordo com o método da taxa de retorno do investimento incremental, a aceitação do projeto decorre da comparação entre esta taxa e a razão benefício/custo.
35. No final de certo mês, um número-índice apresentava valor igual a 1000. Nos dois meses seguintes, suas taxas de variação foram, respectivamente, de 10% e -5%. O valor desse número-índice ao final do segundo mês foi de
- A) 1050.
 - B) 1100.
 - C) 1055.
 - D) 1045.
36. O valor do montante de um capital de R\$ 100 mil, aplicado a juros compostos a uma taxa de 20% ao ano, durante 2 anos, será de
- A) R\$ 144 mil.
 - B) R\$ 104 mil.
 - C) R\$ 116 mil.
 - D) R\$ 140 mil.
37. Estima-se que um investimento com horizonte de planejamento de 2 anos apresente fluxos líquidos positivos de caixa de R\$ 110 milhões no primeiro ano e de R\$ 121 milhões no segundo. Supondo que a taxa de desconto desejada seja de 10% ao ano, o projeto de investimento será considerado viável somente se o valor do investimento inicial for
- A) menor ou igual a R\$ 200 milhões.
 - B) menor ou igual a R\$ 231 milhões.
 - C) maior ou igual a R\$ 231 milhões.
 - D) maior ou igual a R\$ 200 milhões.
38. Considere as seguintes afirmações concernentes a diversos sistemas de amortização de dívidas:

I	O sistema francês de amortização (Tabela Price) apresenta prestações periódicas iguais, com parcelas de amortização crescentes e parcelas de juros decrescentes.
II	O sistema de amortização constante (SAC) apresenta prestações periódicas decrescentes, com parcelas de amortização constantes e parcelas de juros decrescentes.
III	De acordo com o sistema de amortização constante (SAC), uma dívida de R\$ 300 mil a ser paga em 150 prestações mensais apresentará prestações periódicas constantes de R\$ 2 mil/mês.

Dentre as afirmações acima,

- A) II e III estão corretas.
- B) I e II estão corretas.
- C) apenas I está correta.
- D) apenas II está correta.

39. O Balanço Patrimonial da empresa “GENÉRICA S.A.” referente a 31-12-20x0 foi apresentado da seguinte forma:

“GENÉRICA S.A.”
Balanço Patrimonial em 31-12-20x0

Em R\$ mil

Ativo		Passivo e Patrimônio Líquido	
Caixa.....	1.200	<u>Passivo</u>	
Imóveis.....	2.600	Contas a Pagar.....	1.400
Materiais.....	600		
Veículos.....	200	<u>Patrimônio Líquido</u>	
Títulos a receber.....	800	Capital.....	4.000
	<u>5.400</u>		<u>5.400</u>

Durante o ano de 20x1, registraram-se as seguintes transações (em R\$ mil):

- Compra de um novo imóvel por R\$ 500, com pagamento de 20% à vista e o restante a prazo, em 4 parcelas anuais iguais, com vencimento a partir de 15-02-20x2;
- Aquisição de materiais, a crédito, por R\$ 1.000;
- Pagamento de contas no valor de R\$ 400, em dinheiro;
- Venda a prazo de R\$ 100 em veículos pelo mesmo preço de compra;
- Investimento adicional de R\$ 1.000, em dinheiro, dos sócios no capital da empresa.
- Apuração de lucros acumulados de R\$ 200 mediante prestação de serviços, contra recebimento em dinheiro.

Com base nessas informações, avalie as seguintes proposições acerca do Balanço Patrimonial da “GENÉRICA S.A.” em 31-12-20x1:

I	O Caixa da empresa (em dinheiro) era de R\$ 1,9 milhão.
II	O Patrimônio Líquido era de R\$ 5,0 milhões.
III	O Passivo era de R\$ 2,4 milhões.

Das afirmações acima,

- A)** apenas II está correta.
- B)** I e II estão corretas.
- C)** I e III estão corretas.
- D)** apenas I está correta.

40. Encontram-se nos quadros a seguir, **respectivamente**,

- I) os índices de análise horizontal encadeada (AH) e de análise vertical (AV) do Demonstrativo de Resultados da “Cia. WXYZ” em 3 exercícios sucessivos (dados já deflacionados);
- II) alguns índices selecionados.

Quadro I

Exercício	20x0		20x1		20x2	
	AH	AV	AH	AV	AH	AV
Receita Bruta de Vendas	100	100	101	100	101	100
(-) Impostos indiretos	100	52	103	53	99	51
(=) Receita Líquida de Vendas	100	48	99	47	103	49
(-) Custo das Mercadorias Vendidas	100	36	97	35	104	37
(=) Lucro Bruto	100	12	103	12	101	12
(-) Despesas financeiras líquidas	100	4	148	6	321	13
(=) Lucro operacional	100	8	78	6	(16)	(1)
(+) Resultado extra-operacional	100	0	(200)	0	(400)	0
(-) Imposto de renda	100	3	79	2	-	-
(=) Lucro líquido	100	5	79	4	(23)	(1)
(-) Dividendos	100	3	78	2	-	-
(=) Lucro acumulado	100	2	81	2	(51)	(1)

Quadro II

Índice / Exercício	20x0	20x1	20x2
Participação de Capitais de Terceiros	33,35%	42,97%	57,45%
Imobilização do Patrimônio Líquido	65,54%	80,88%	95,76%
Liquidez Corrente	2,08	1,46	1,08
Giro do Ativo	1,00	0,76	0,70
Margem Líquida	10,66%	8,39%	(2,62%)
Rentabilidade do Patrimônio Líquido	12,57%	8,80%	(2,74%)

Com base nessas informações, é correto afirmar que a queda da rentabilidade do patrimônio líquido ocorrida no período deve-se a

- A)** uma queda do Resultado Extra-operacional.
- B)** um aumento da carga tributária que a empresa não conseguiu repassar aos preços.
- C)** uma queda na receita bruta de vendas.
- D)** um aumento do Ativo Permanente financiado por endividamento, elevando as Despesas Financeiras Líquidas.

41. A empresa “ABCD Ensino e Pesquisa S.A.” divulgou as seguintes informações relativas à Demonstração do Fluxo Líquido de Caixa do exercício de 20x0 (onde AV é o índice de análise vertical).

	Valor (R\$ mil)	AV
1. Geração bruta de caixa, da qual:	12.305	48
1.1 Lucro líquido do exercício	10.254	40
1.2 Despesas não desembolsáveis	2.563	10
1.3 Receitas não embolsáveis	(512)	(2)
2. Acréscimo de fontes operacionais	13.331	52
1+2 (Geração bruta de caixa+Acréscimo de fontes operacionais)	25.637	100
3. Acréscimo de aplicações operacionais	(64.092)	(250)
4. Fontes não operacionais, das quais:	42.301	165
4.1 Realização de capital	4.871	19
4.2 Venda de Imobilizado/Investimentos	5.383	21
4.3 Aumento do Exigível de Longo Prazo	3.845	15
4.4 Acréscimo de Empréstimos de Curto Prazo	28.200	110
5. Aplicações não operacionais	(2.563)	(10)

A partir dessas informações, avalie as seguintes proposições:

I	A Geração Líquida de Caixa foi de R\$ 1.283 mil.
II	A Demonstração apresentada anteriormente denota a presença de dificuldades de caixa resultantes da Imobilização do ativo.
III	A Demonstração apresentada anteriormente revela a ausência de dificuldades de caixa, dado que o déficit operacional de caixa foi financiado majoritariamente com recursos de longo prazo.

Em relação às proposições acima, é correto afirmar que

- A) apenas a proposição II é verdadeira. C) as proposições I e III são verdadeiras.
 B) as proposições I e II são verdadeiras. D) apenas a proposição I é verdadeira.
42. O processo produtivo de certa empresa inicia-se no Departamento A, que, após certo processamento, entrega seus produtos para o Departamento B. Este, após novo processamento, gera produtos acabados e disponíveis para venda. Informações colhidas em certo exercício contábil encontram-se no quadro a seguir.

	Em R\$ mil	
	DEPARTAMENTO A	DEPARTAMENTO B
Matéria prima incorporada	80	5
Mão de obra direta incorporada	30	10
Custos indiretos	60	19
Estoques iniciais	0	8
Produção transferida para o Departamento seguinte	69	-
Custo dos produtos vendidos	-	89

Com base nessas informações, é correto afirmar que os custos de produção nos Departamentos A e B foram, respectivamente, de

- A) R\$ 170 mil e R\$ 42 mil. C) R\$ 101 mil e R\$ 22 mil.
 B) R\$ 239 mil e R\$ 131 mil. D) R\$ 90 mil e R\$ 111 mil.

43. Acerca dos processos de planejamento e orçamentário no Brasil, é correto afirmar:

- A) Em substituição aos antigos Planos de Desenvolvimento, o Plano Plurianual foi criado no âmbito da Constituição de 1988 com a finalidade precípua de promover mudanças estruturais, reduzir dependência externa, fortalecer a empresa privada nacional e promover o desenvolvimento regional no país.
- B) A Lei de Diretrizes Orçamentárias compreende metas e prioridades da administração pública federal, orienta a Lei Orçamentária anual, dispõe sobre alteração na legislação tributária e estabelece a política das agências financeiras oficiais de fomento, objetivando conferir ao país a condição de potência econômica.
- C) A Lei Orçamentária deve ser elaborada em obediência às normas legais vigentes no país – Constituição Federal e Lei de Responsabilidade Fiscal – tendo como referência o processo de planejamento do país, portanto, em consonância com o Plano Plurianual e a Lei de Diretrizes Orçamentárias.
- D) O orçamento de investimento deve constar como parte integrante da peça orçamentária anual do país e ser apresentado para os casos de todas as empresas em que a União assume a condição de detentora, direta ou indireta, de qualquer grau de participação no capital social com direito a voto.

44. A economia brasileira, ao longo da década de 1990, teve a trajetória fortemente marcada pelos processos de abertura financeira e comercial. Nessa época, supunha-se que as medidas adotadas promoveriam um choque de eficiência na economia brasileira. Na realidade, a partir da implantação do Plano Real, um forte processo de valorização cambial, em situação favorável do crédito externo, embora possibilitando a convivência com baixas taxas de inflação, desestruturou cadeias produtivas e fez com que o país experimentasse persistentes e elevados déficits comerciais e em transações correntes. Entretanto, uma sucessão de crises em vários países acabou por atingir o Brasil, que promoveu mudanças urgentes na condução da política econômica implicando rebatimentos na trajetória da economia.

As afirmativas a seguir referem-se a características da economia brasileira no período que se inicia em 1999:

I	Foi realizada a desvalorização da taxa nominal de câmbio no início de 1999, implicando suspensão do uso da âncora cambial que predominara desde 1994.
II	Houve adoção do regime de metas de inflação, o que tornou a política monetária em nova âncora através do uso da taxa de juros como instrumento decisivo da política econômica, conferindo grandes poderes ao Banco Central.
III	A política de juros elevados sobrecarregou o já endividado setor público e ampliou o superávit primário, mas permitiu rápido equilíbrio das contas públicas.

Está correto o que se afirma em

- A) I e II.
- B) I e III.
- C) II apenas.
- D) III apenas.

- 45.** Parte da literatura econômica defende que o primeiro Governo Lula, em linhas gerais, manteve o modelo herdado do Governo de Fernando Henrique Cardoso: um modelo de desenvolvimento instável de baixo dinamismo. Tal modelo teria como características fundamentais a elevada volatilidade do produto e o baixo crescimento médio. Em que pese a persistência do citado modelo, alguns elementos diferenciadores imprimiram ao primeiro Governo Lula melhores resultados socioeconômicos. É uma característica do período em pauta:
- A)** A expansão do crédito consignado e do crédito dirigido foram fundamentais para a expansão dos pequenos negócios e, em especial, do consumo das famílias, possibilitando uma dinâmica expansiva comparável à ocorrida no período de vigência do II Plano Nacional de Desenvolvimento.
 - B)** A expansão da economia mundial, em particular de grandes parceiros comerciais do Brasil, possibilitaram considerável melhora dos indicadores externos e do nível de atividade da economia brasileira.
 - C)** A adoção da política industrial, tecnológica e de comércio exterior (PITCE) constitui-se indicação da mudança de rumos da política industrial comparativamente à vigente nos dois governos anteriores, permitindo rápidos ganhos de competitividade, que se constituíram base da inserção da economia brasileira à mundial.
 - D)** O Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) foi a política-síntese do período em foco, propiciando taxas de crescimento econômico somente comparáveis às vigentes no período desenvolvimentista da economia brasileira.
- 46.** A situação de estabilidade econômica, característica do final de 2003 até o término do primeiro governo Lula, propiciou ao setor bancário brasileiro experimentar um novo ciclo de crédito. Esse ciclo de crédito caracterizou-se por
- A)** ambiente de negócios em que as operações de tesouraria – operações com títulos e valores mobiliários – cederam espaço às operações de crédito em atendimento às demandas das famílias, bem como das empresas.
 - B)** reestruturação patrimonial acentuada com ampliação da participação de instituições bancárias estrangeiras no setor, aprofundando um processo em curso desde meados dos anos 1990.
 - C)** mudança estrutural que se traduziu em predominância das instituições bancárias privadas, comparativamente às instituições públicas, quanto ao financiamento de longo prazo.
 - D)** situação de forte competição no setor bancário em que as instituições bancárias nacionais atuaram no financiamento às exportações em condição de igualdade com as instituições bancárias estrangeiras.
- 47.** Considere o seguinte conjunto de elementos não-ordenados: {1, 5, 6, 2, 1}. Com base nesse conjunto e considerando as principais medidas de tendência central, é correto afirmar que a distribuição é
- A)** normal.
 - B)** assimétrica à esquerda (há assimetria negativa).
 - C)** simétrica.
 - D)** assimétrica à direita (há assimetria positiva).

48. Ao testarmos a hipótese nula de que uma variável não é correlacionada a outra, obteve-se uma estatística de teste de 10,82. Se o valor crítico, acima do qual incorremos num erro tipo II ao sustentarmos a hipótese nula, é de 12,00, é correto afirmar que, ao nível de significância adotado,
- A) devemos rejeitar a hipótese nula, implicando que as variáveis em questão não são correlacionadas.
 - B) não devemos rejeitar a hipótese nula, implicando que as variáveis em questão são correlacionadas.
 - C) não devemos rejeitar a hipótese nula, implicando que as variáveis em questão não são correlacionadas.
 - D) devemos rejeitar a hipótese nula, implicando que as variáveis em questão são correlacionadas.
49. Ao início de um determinado período t , sabe-se que o salário médio nominal de um país é de 500 unidades monetárias. Ao início de um período $t+1$, observa-se um salário médio nominal de 750 unidades monetárias. Sabendo que a inflação entre t e $t+1$ foi de 20%, o salário médio real em $t+1$ (tomando t como o período-base) e a taxa de crescimento do salário médio real são de, **respectivamente**,
- A) 625 unidades monetárias e 20%.
 - B) 625 unidades monetárias e 25%.
 - C) 600 unidades monetárias e 50%.
 - D) 600 unidades monetárias e 20%.
50. Dados os resultados das duas regressões lineares a seguir, um economista deve decidir qual o modelo mais adequado para a explicação de determinado comportamento da variável Y , dependente.

Os resultados da primeira regressão são (estatísticas t de Student entre parênteses):

$$\hat{Y} = 699,250 + 0,37091Z - 0,00091W, \quad \bar{R}^2 = 0,95$$

Os resultados da segunda regressão são (estatísticas t de Student entre parênteses):

$$\hat{Y} = 399,250 + 0,37091Z - 0,00091W, \quad \bar{R}^2 = 0,97$$

Considerando que não há problemas quanto aos resíduos obtidos (apresentam distribuição normal, ausência de heteroscedasticidade e de autocorrelação), que as duas regressões são baseadas em amostras do mesmo tamanho (os graus de liberdade são os mesmos para as duas regressões) e que, ao nível de significância adotado, o valor crítico para a estatística de teste com base na distribuição t de Student é de 1,94, a escolha mais adequada é utilizar a

- A) segunda regressão, incluindo Z como variável explicativa.
- B) segunda regressão, excluindo Z como variável explicativa.
- C) primeira regressão, incluindo W como variável explicativa.
- D) primeira regressão, excluindo W como variável explicativa.

